

ANTIIMPERIALISMO

1

Imperialismo e anti-imperialismo: questões intangenciáveis

Anderson Barreto Moreira¹

Resumo // Este artigo busca apresentar um breve panorama dos debates em torno das diferentes interpretações da relação entre imperialismo e anti-imperialismo, que passaram a própria história das revoluções e das lutas de libertação nacional travadas no último século, até os movimentos de contestação atuais. História e teoria se entrelaçam desde os estudos pioneiros na passagem para o século XX, passando pela entrada em cena das interpretações oriundas de países e regiões onde predomina a dependência na relação centro-periferia, até as novas abordagens do século XXI. Entendendo o imperialismo como o capitalismo de nossa época, que direciona e organiza as esferas que estruturam nossas sociedades, buscamos realçar o papel do anti-imperialismo como práxis revolucionária necessária para viabilizar tanto as lutas estratégicas quanto os projetos de desenvolvimento e a autonomia dos povos.

Palavras-chave // Imperialismo; anti-imperialismo; dependência

1 Professor de História e integrante do Front - Instituto de Estudos Contemporâneos. Contato: anderson.barretomoreira@gmail.com

“O pensamento tem que ser capaz de ajudar a prefigurar essa utopia, isto é, esse além que tornará possível por meio da práxis consciente, e nada menos que isso, porque os tempos não exigem menos e as pessoas comuns logo o exigirão e se colocarão em movimento” (MARTÍNEZ HEREDIA, 2020, p. 151)

1 - Introdução

No prefácio da primeira edição d’O *Capital* Marx, ao se referir às dificuldades de pesquisa referentes a Economia Política, aponta de modo assertivo que “[...] A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado.” (MARX, 1988, p. 19). Ao longo de mais de um século, desde as primeiras publicações que se debruçaram sobre as mudanças qualitativas do capitalismo na entrada do século XX, temos visto estas mesmas paixões e fúrias também nos debates e investigações sobre o imperialismo e anti-imperialismo. Não poderia ser diferente: o primeiro é a própria Economia Política de nossa época e o segundo, a crítica necessária e a premissa histórica das lutas de classes em nossos dias. Portanto, o objetivo deste artigo é realçar a dinâmica entre esta unidade dos contrários, resultado da acumulação capitalista, suas mudanças e impactos históricos e teóricos; bem como sua validade para a construção das lutas e estratégias que viabilizem a soberania e autonomia dos povos sob domínio imperialista.

Partimos da interpretação do imperialismo como sendo o capitalismo em seu estágio superior e, com isso, incluímos todas as implicações e determinações possíveis nas múltiplas esferas que integram este modo de produção. Reconhecemos a existência de abordagens que podem ora se afastar, ora se aproximar desta leitura (PANITCH; LEYS, 2006a, 2006b). Porém, entendemos que a perspectiva por nós adotada torna mais coerente a luta anti-imperialista e seu caráter como práxis revolucionária, indo além da crítica pontual das manifestações mais visíveis do imperialismo.

O debate inaugurado na passagem do século XIX para o século XX pelos chamados clássicos² enfrentou períodos de glória, em que ocupou espaço cen-

2 Entendemos por clássicos as obras de Lenin, Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Nikolai Bukharin, fundamentais para quem deseja estudar a questão do imperialismo.

tral na análise da realidade até momentos de morte decretada, marcadamente após a derrota da principal experiência de transição socialista no século XX – a URSS – no início dos anos 1990. Entretanto, na existência do sistema capitalista as crises cíclicas, inerentes às suas contradições, nos lembram a todo momento sobre a vigência do imperialismo. Em 2008 vimos sua mais recente manifestação em escala planetária, cujos impactos na vida dos povos estão presentes em várias dimensões na atualidade. Desta forma, a realidade do século XXI nos exige a retomada dos clássicos e a produção e debate de novas contribuições para compreender as determinações que configuram o imperialismo hoje. Dada a dimensão e complexidade do tema, o esforço coletivo tem sido o caminho mais promissor.

2 - Momentos iniciais

Voltemos às origens do debate para melhor nos situarmos na complexidade atual. O ano é 1916, data da publicação do livro *Imperialismo: etapa superior do capitalismo* (LENIN, 2012), ainda hoje a mais bem acabada interpretação do movimento real pelo qual passara a acumulação do capital em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. A prova de fogo da análise de Lenin foi nada menos que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a própria Revolução Soviética³ (1917), da qual foi expoente maior. A realidade validou a teoria e, a partir de então, a luta anti-imperialista passou a ocupar um papel central nas estratégias que conduziram os processos revolucionários que marcaram o século XX, em todos os continentes. Com interpretações originais e criativas sobre o desenvolvimento do capitalismo, forneceram a chave teórica para a compreensão da história destes povos sob domínio imperialista.

Os esforços analíticos tinham como objetivos concretos a mudança revolucionária da ordem capitalista. Desvelar as profundas imbricações entre os capitais em suas várias formas e seu controle sobre as economias e organização dos Estados era central para a realização desse objetivo. Como resultado destes esforços de interpretação a conquista do Estado passou a ser a principal estratégia, dado o seu papel na expansão destes capitais, seja via o uso da força militar, seja articulando o

3 Optamos aqui pelo termo *Revolução Soviética* ao invés de *Revolução Russa*, pois entendemos que o primeiro reflete melhor o caráter socialista da revolução e suas novas formas de organização social e política, ainda que seja central apreender a questão nacional que se entrelaçou no processo revolucionário.

poder das classes dominantes dos países submetidos a estes monopólios. Portanto, se a expansão imperialista era mediada pelos Estados, a luta anti-imperialista passava pela crítica e conquista deste Estado.

Ao assumir o controle econômico, assimilando e reconfigurando as relações de produção de cada país, os monopólios capitalistas⁴ provocaram profundas mudanças nas estruturas das classes sociais, despertando reações em todos os quadrantes do planeta. Desta forma, ser anti-imperialista não era uma opção ideológica, mas condição *sine qua non* para viabilizar as lutas e, após suas vitórias, abrir espaço para propostas de desenvolvimento e relações mais autônomas e soberanas que as permitidas até então dentro dos marcos do capitalismo. Isso porque o imperialismo promovia – e promove – uma divisão internacional do trabalho que hierarquiza as relações entre povos e Estados, como afirmou Lenin:

“Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias –, *mas também as variadas formas de países dependentes, que de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática.* Nós já nos referimos a uma destas formas anteriormente, a semicolônia.” (LENIN, 2012, p.119, itálico nosso).

3 - Anti-imperialismo e dependência

Foram as lutas anti-imperialistas, que amalgamaram as questões de libertação nacional com o horizonte socialista, que viabilizaram as vitórias revolucionárias de muitas das antigas colônias formais e informais, que perduraram até meados dos anos 1970, sobre as metrópoles imperialistas⁵. Não se tratavam de heranças coloniais contraditórias à acumulação capitalista, mas sim partes integrantes deste mesmo padrão de acumulação, daí a semelhança entre as várias lutas desencadeadas: lembremos de Cuba, Vietnã, Argélia, Angola e China, entre

4 Os monopólios capitalistas não eliminam a concorrência, ao contrário, ela se torna planetária, se horizontaliza e verticaliza, pois estes capitais impõem sua dinâmica aos demais.

5 No caso da África do Sul, o fim do regime britânico de apartheid foi oficialmente encerrado apenas em 1994.

outras, e o que todos tiveram em comum: a relação inseparável entre anti-imperialismo, anticolonialismo, (re)construção da soberania nacional e dos respectivos Estados (LOSURDO, 2015).

Onde estas lutas foram vitoriosas, as forças populares foram capazes de levar adiante a construção de projetos nacionais em que o desenvolvimento das forças produtivas estivessem orientadas para as suas necessidades. Também viabilizaram experiências de inserção mundial mais autônomas, travando embates em todas as esferas – inclusive militar – para assegurá-la. Não há espaço para idealismos ao analisar estas experiências, cada qual portadora de desdobramentos com alcance mundial. Inúmeros erros e acertos podem ser atribuídos, seja pela dinâmica interna dos processos revolucionários, seja pelas imposições das potências imperialistas. Os caminhos que trilharam desde então não cabem neste breve resgate mas, mesmo que as orientações e alianças pontuais ou de longo prazo com outros setores tenham sido feitas, é fundamental destacar que ocorreram no terreno anti-imperialista, com maiores margens de autonomia.

Com o fim da divisão internacional onde preponderava o binômio imperialismo-colonialismo das metrópoles e suas colônias, ganhou força a segunda característica apresentada por Lenin – as variadas formas de países dependentes, subordinados às potências imperialistas, sob a liderança estadunidense – que permanece atual e com mais vigor (LÓPEZ, 2020). O que caracteriza um país de capitalismo dependente é sua posição subalterna na divisão internacional do trabalho – sua impossibilidade de ser autônomo e soberano nos termos de troca na economia mundial e na incorporação e desenvolvimento de matrizes tecnológicas mais adequadas⁶ – o que os levou, e leva, a um eterno renovar de “planos de desenvolvimento”, sempre atrofiados, inacabados ou interrompidos.

Foi analisando essas recorrências e buscando entender as origens da dinâmica imperialista que tanto afetava a história brasileira, e latino-americana, que Ruy Mauro Marini⁷ evidenciou o significado da dependência “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em

6 A produção internacionalizada não é o impeditivo para que os países dependentes possam incorporar e desenvolver tecnologias que melhor atendam suas necessidades de desenvolvimento. O impedimento é político e econômico, assim como o é também a imposição dos padrões tecnológicos e produtivos.

7 Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foram os principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, ainda que pese as contribuições de outros autores e autoras. A TMD configura um esforço original de pensar o imperialismo a partir da América Latina e da própria dinâmica de reprodução do capital que predomina nesses países e em outros da Ásia e África.

cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2000, p. 109). Concomitante a essas interpretações originais e criativas surgidas na América Latina, elaborações vindas de outras regiões da periferia do sistema, como por exemplo Samir Amin (1976), deram novos rumos a questão imperialismo e anti-imperialismo.

Com estes aportes o debate se expandiu e se enriqueceu, superando a visão corrente do imperialismo como apenas o controle de um poder externo exercido por outros países. A relação centro-periferia e as categorias da dependência trazem consigo o entendimento da determinação das formas de organização da produção e, portanto, das relações de produção dos países dependentes pelas potências centrais. A estrutura de classes, a direção da produção de valores e a organização dos Estados passavam a integrar a reprodução do padrão de acumulação imperialista. O anti-imperialismo era, portanto, não apenas a crítica às potências centrais, mas também as próprias dinâmicas internas de produção orientadas para a manutenção da dependência.

Este padrão de reprodução do capital (FERREIRA; OSÓRIO, 2012), e a consequente dependência que gera, é característica do chamado Sul Global⁸. Desta forma, por mais que determinados países tenham avançado em muitos setores, como no caso do Brasil e de outros que atingiram um grau de industrialização considerável⁹, ainda assim o processo de acumulação capitalista inviabiliza a construção de um desenvolvimento nacional que leve a superação e concretização das necessidades das classes trabalhadoras destes países. Não só impedem como atualmente também promovem regressões nesses avanços¹⁰. Estes impedimentos não estão apenas na esfera da produção, elas também tem forte manifestação no âmbito do Estado e das relações externas. Tomemos o Brasil como exemplo e a sincronia dos diversos golpes de Estado que, historicamente, ocorreram justamente nos momentos em que o país buscou um grau maior de autonomia e

8 O Sul Global é uma designação que abarca países que possuem determinadas dinâmicas de reprodução do capital que inviabilizam sua inserção mundial de modo autônomo e soberano. Portanto, mesmo que muitos destes países se encontrem na América Latina e nos continentes africano e asiático, não se refere a uma posição geográfica apenas.

9 Incluímos, apenas para exemplificar, Argentina, México e Chile como expoentes desse grupo, porém, com históricos e graus diferentes no processo de industrialização.

10 <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/recuo-da-industria-em-18-8-reflete-desindustrializacao-e-mercado-em-frangalhos>

cooperação regional e internacional, mesmo sem propor rompimentos efetivos com a dependência e o imperialismo.

4. Atualidade e limites

Enfrentamos uma crise estrutural do capitalismo¹¹ que têm elevado as contradições, gerando riscos para a sobrevivência da humanidade, o que coloca desafios para a esquerda de ordem teórica, programática e orgânica (HARNECKER, 2018, 2019.) para construir alternativas socialistas. A fragmentação¹² das lutas tem restringido o campo da ação anti-imperialista. É fato que essas lutas se ampliaram nas últimas décadas, inclusive impulsionando governos do espectro da esquerda na América Latina, que foram derrubados¹³ ou derrotados através de novos métodos que combinam tanto ações jurídicas-institucionais, quanto operações de manipulação e ações de massa¹⁴. Porém, elas ainda carecem da centralidade do anti-imperialismo na construção de uma nova ordem social, de nações soberanas, bem como do imaginário popular. Algumas questões históricas e teóricas podem nos ajudar a compreender esse momento.

Da perspectiva histórica, as várias derrotas do campo socialista a partir do final dos anos 1980 e seus impactos teóricos, políticos e organizacionais levaram ao rebaixamento do horizonte da transformação da ordem capitalista. Se não há revolução a ser feita, não há motivos para maiores enfrentamentos anti-imperialistas. A complacência, o desânimo, e inclusive o abandono do imperialismo como categoria de análise da realidade promoveram uma acomodação da crítica ao possibilismo, ao convívio dentro das fronteiras do capital. Após o breve período entre o final dos anos 1980 e início dos anos 2000, a dinâmica histórica recolocou o debate no século XXI.

11 A *crise estrutural* não significa *crise terminal*, mas sim que os limites que viabilizam a reprodução ampliada do capital estão cada vez mais estreitos e potencialmente destrutivos (MÉSZÁROS, 2002).

12 É importante destacar que ao falarmos em fragmentação estamos criticando as dificuldades em dar unidade as múltiplas lutas espalhadas pelo planeta e não às diferentes pautas que geram as inúmeras mobilizações dos povos.

13 A lista é longa: Honduras em 2009, Paraguai em 2012, Brasil em 2016 e por último Bolívia em 2019.

14 Para mais ver: Korybko (2018).

Algumas interpretações (WOOD, 2014; HARVEY, 2004; HARDT e NEGRI, 2001)¹⁵, dentre outros já citados, merecem atenção, seja pela divergência ou aproximação. Com diferentes abordagens ora enfatizam o peso do poder das multinacionais e da força de seus capitais ao redor do mundo, que desorganizam e reorganizam economias nacionais e regionais, secundarizando - e no caso de Hardt e Negri - negando a existência do próprio imperialismo e o papel dos Estados e suas imbricações com estes capitais. Ora colocam maior ênfase nas determinações territoriais, geopolíticas, militares e no poder dos EUA como centro do imperialismo. O objetivo aqui não é valorar tais análises de amplo alcance e profundidade que simplificarmente foram citadas. A intenção é mostrar que a problemática imperialismo e anti-imperialismo no nosso século não é de modo algum consensual e se altera a depender se o ponto de observação está no centro ou na periferia dependente. Se para os primeiros surgem perspectivas como “fim do imperialismo” e “fim dos Estados”, do Sul Global se renova a confirmação do papel dos Estados e da força do imperialismo, bem como da função da ação anti-imperialista para romper os cercos.

São os Estados capitalistas dependentes que promovem e aplicam as contra-reformas sociais, garantem a ordem social vigente por muitos meios e criam o arcabouço jurídico-institucional em favor destes capitais. É lógico que as questões militares e geopolíticas e o papel do complexo militar-industrial no processo de acumulação do capital são fundamentais para sua compreensão, mas insuficientes. As contradições nesta esfera são amplas, vide a drenagem de recursos – em maior escala nas potências centrais – para manter a dinâmica dos Estados imperialistas que os leva a alocar recursos na casa dos trilhões¹⁶ para gastos anuais em armamentos e manutenção de tropas, diminuindo investimentos em outras áreas. Assim como são insuficientes as abordagens que se determinam apenas pelo viés do controle das multinacionais, portadoras de recursos e poder planetário, mas que podem ser contidas pela ação dos Estados e das classes trabalhadoras. Sem essa perspectiva, teríamos como resultado da análise da realidade o imobilismo.

Portanto, ao contrário do que desejam os portadores dos interesses privados, e para além de uma alegoria da esquerda, o anti-imperialismo pressupõe uma interpretação do imperialismo que traduza a dinâmica da acumulação capitalista

15 Atilio Borón dedicou um excelente livro (BORÓN, 2004) à crítica da obra destes dois últimos autores.

16 <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-11/trump-apresenta-orcamento-com-cortes-sociais-e-mais-gasto-militar-nos-estados-unidos.html>

em nossos dias, com predominância da financeirização. Se partirmos da premissa de Lenin, de que o imperialismo é o próprio capitalismo – no seu estágio mais elevado de controle do capital sobre a humanidade – compreendemos que todas as esferas - militar, econômica, estatal, política e ideológica - compõem a totalidade desse fenômeno. Que em determinados momentos, algumas se manifestem mais que outras, é parte da dinâmica histórica.

5 - Conclusão

O objetivo deste breve resgate dos debates é realçar as consequências da relação entre imperialismo e anti-imperialismo, com suas diferentes perspectivas quando colocadas as determinações centro e periferia dependente. Como consequência, questionar se é possível impor derrotas ao imperialismo e superar a dependência, construindo uma autonomia e soberania nacional e popular que viabilize o desenvolvimento direcionado aos interesses populares, sem incorporar o anti-imperialismo como eixo de articulação. Historicamente, temos visto que não. Isto não significa que a superação destes limites dependam unicamente desta questão, dado que pressões internacionais dos países centrais bloqueiam caminhos, impõem reveses e dificultam as mudanças internas das formações históricas, mas sem ela não se altera a qualidade dos processos de transformação.

Há um caminho histórico já percorrido e com valiosos ensinamentos que devem ser resgatados das lutas, vitoriosas ou não: o anti-imperialismo deve fazer parte da educação política das massas e dos esforços de construção de alianças e articulações internacionais. Mas também deve fazer parte de todo projeto de desenvolvimento nacional que pretenda atender às necessidades populares, construindo as possibilidades de ruptura com o imperialismo pois este, como afirma Heredia (2020, p.148) “[...] já não tem um projeto de civilização nem faz promessas de progresso; já produziu o nazismo e hoje põe em perigo o planeta; [...]”. Isso exige um conjunto de ações e estudos que perpassem a luta ideológica e cultural, econômica e política, nacional e internacional. Por isso, interpretar o imperialismo a partir da nossa realidade assentada na dependência, apoiar as lutas e se opor contra toda e qualquer agressão contra os povos em qualquer parte do mundo é parte da necessária ação anti-imperialista.



Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária LTDA, 1976.

BORÓN, Atilio. **Imperio & imperialismo**: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir**: novos caminhos. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **Desafios da esquerda latino-americana**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÓPEZ, Emiliano (org.). **As veias do sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. Tradução do espanhol por Paulo Henrique Pappen e do inglês por João Pompeu. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. SADER, Emir (Org.). Petrópoles, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. Nossa América e a Águia temível. In: PAGOOTO, Ronaldo Tamberlini e PIRES, Olivia Carolino (Orgs.). **Socialismo como alternativa dos dilemas das humanidade:** textos de Fernando Martínez Heredia. Tradução de Paulo Henrique Pappen. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). **Socialist Register 2004:** O novo desafio imperial. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006a.

_____. **Socialist Register 2005:** O Império reloaded. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2006b.

WOOD, Ellen M. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.